

ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA

Ata nº. 011/07.

1
2
3
4 Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e sete, às dezoito horas e onze minutos, pelos
5 fundamentos constantes das inclusas notas taquigráficas que integram a presente Ata, reuniram-se
6 para Assembléia Ordinária na sede do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de
7 Porto Alegre, sito Rua Cel. Genuíno, nº 421, 3º andar – Esplanada dos Açores, sob coordenação da
8 Presidente Maria Lopes Rodrigues – **CORAS Norte**, e na presença dos **CONSELHEIROS DA**
9 **SOCIEDADE CIVIL**: Eliane Gassen – **USBEE**; Eunice Zimmermann – **Instituto Leonardo**
10 **Murialdo**; Arnaldo Batista S. dos Santos – **Sociedade Educação e Caridade – Instituto São**
11 **Benedito**; Denise Araci Leonhardt - **Associação Cristã Feminina**; Milda S. Pinent – **UAMPA**; Iara
12 de Fátima Bueno da Rosa – **CORAS Centro**; Maria de Lurdes dos Santos – **CORAS Centro-Sul**;
13 Lourdes Maria Pretto – **CORAS Cristal**; Josiane S. Cardoso – **CORAS Cruzeiro**; Sérgio L. Cupini
14 – **CORAS Eixo Baltazar**; Tatiane Torres representando **CORAS Extremo Sul**; Heloísa Helena L.
15 Vinõlo – **CORAS Glória**; Frei José Bernardi e Lurdes Vargas de Souza – **CORAS**
16 **Ilhas/Humaitá/Navegantes**; Carlos B. da Silva e Nelcy G. da Silva – **CORAS Leste**; Francisco T.
17 de Lima – **CORAS Lomba do Pinheiro**; Rose C. Canabarro – **CORAS Nordeste**; Marister da
18 Cunha John – **CORAS Noroeste**; Maria Lopes Rodrigues e Elvira Centena da Silva – **CORAS**
19 **Norte**; Paulo Francisco da Silva – **CORAS Partenon**; Leila Maria Pitta de Azevedo e Glademira
20 M. C. Barbosa – **CORAS Restinga**. **CONSELHEIROS DO GOVERNO**: Cláudia Ilha de Lima –
21 **FASC**; Alfa Adélia S. Bueno – **SMA**; Eloísa Helena C. Strehlau – **SMC**; Maria do Carmo de Souza
22 – **SMED**; Patrick de Oliveira Teixeira e Carlos Fernando S. Filho – **SMGL**. **FALTAS**
23 **JUSTIFICADAS**: Irilde Biasibetti da Silva – **CORAS Extremo Sul**; Olinda Maria Roberti –
24 **CORAS Noroeste**; Cristina N. de Moraes Torres – **Câmara Municipal**; Deisi Teresinha V.
25 Albring e Elenice de Fátima de M. Stanzinski – **SMF**; Carla N. dos Santos e Meire Ana B. da Silva
26 – **STCAS**. **AUSENTES/SOCIEDADE CIVIL**: Maria Bernadette M. de Medeiros e Anahí M.
27 Melgare – **CRESS**; Gleci Godoy Alvarenga – **CORAS Sul**. **AUSENTES/GOVERNO**: Carmem
28 Lopes, Adalberto Gomes F. Júnior e José Valdir R. da Silva – **Câmara Municipal**; Márcia L.
29 Soares e Tanise Amália Pazzim – **DMAE**; Sueli Terezinha Luckemeyer e Letícia G. de Souza –
30 **DEM HAB**; Andréia Paim Leal e Jairo Armando dos Santos – **DMLU**; Sandra Mara Nunes e Lúcia
31 Helena de Souza – **FASC**; Paulo Roberto Pontes e Júlio Fontoura – **SMDHSU**; Mara Rosane M.
32 Prado e Ana Eleonora S. Assis – **SME**; Carmen Lúcia S. Garcia – **SMIC**; Adriana M. Maciel e
33 Miriam Cardon Prikladnicki – **SMS**; Lúcia Cristina D. Capitão e Malena B. Ramos, Juliana de
34 Oliveira C. Costa e Vera S. Karros, Maria Del Pilar V. Solana e Mercedes Helena Vicentini –
35 **STCAS**. **Governo Federal**: Sem representação de Conselheiros. Após assinatura da lista de
36 presenças, a Sra. Maria Lopes Rodrigues deu início aos trabalhos. **Pauta: 1) Agentes PPDLES –**
37 **Sr. Paulo Marques; 2) Votação da Ata nº 010/07; 3) Projeto Operação Inverno; 4) Entidades:**
38 **inscrição, manutenção, cancelamento, indeferimento; 5) Proposta de contratação de**
39 **consultoria para implantação da PNAS/SUAS; 6) Informes. Sra. Presidente (Maria Lopes**
40 **Rodrigues):** Boa-noite a todos. Nós ainda não temos *quorum*, mas vamos iniciar, senão depois vai
41 ficar muito apertado para cumprir com a nossa pauta. Nós temos alguns assuntos importantes para
42 tratarmos hoje. Está aqui o Paulo Marques, que é representante do MDS aqui no Rio Grande do Sul,
43 trabalha na DRT, nesse programa, que é o Projeto de Promoção e Desenvolvimento do Amparo
44 Social e Economia Solidária. Há bem pouco tempo nós tiramos uma agente nossa, que é a nossa
45 representante na área social aqui de Porto Alegre, junto a esse projeto, que é a Marister. Então, o
46 Paulo veio hoje para conversar um pouco conosco sobre isso. Então, a gente vai passar a palavra ao
47 Paulo e dizer que queremos que seja bem-vindo, é um prazer recebê-lo, fique à vontade. **1) Agentes**
48 **PPDLES – Sr. Paulo Marques. Sr. Paulo Marques:** Obrigado, Maria. Boa-noite a todos. A idéia

49 é exatamente dar continuidade a um processo que a gente iniciou em fevereiro, a gente entrou em
50 contato com o Conselho, que foi de estar iniciando a segunda fase do Projeto de Desenvolvimento
51 Local e Economia Solidária. É um projeto criado ano passado pelo Ministério do Trabalho e que a
52 partir deste ano teve uma ampliação e mudança de foco no sentido de ampliar a sua inserção nas
53 políticas sociais do Governo Federal. Ano passado foi um projeto que trabalhou especificamente no
54 Ministério do Trabalho, com foco na Economia Solidária, com grupos de geração de trabalho e
55 renda que existem no País e com alguns segmentos específicos que organizam a Economia
56 Solidária. Nós fizemos um material um pouco extenso, então, vou resumir e o Conselho talvez
57 possa marcar uma próxima atividade onde a gente possa aprofundar o tema. É de certa forma um
58 projeto de política pública de trabalho e renda recente e que existem estudos acadêmicos, existem
59 muitos pesquisadores que começam a elaborar sobre o que é Economia Solidária e como se
60 organiza. Em linhas gerais, economias solidárias são formas de produção e gestão da produção de
61 forma produtiva, autogestionária e cooperativa. A Economia Solidária também abarca grupos
62 informais de trabalho e renda, que são, às vezes, padarias comunitárias, grupos de costureiras,
63 grupos de artesanato, mas eles não têm ainda formalização, não tem o CNPJ, não são associações,
64 não são cooperativas, mas já gerenciam o seu empreendimento de forma coletiva e comercializam o
65 seu produto de forma coletiva em feiras, de porta em porta. É aquela produção que a gente chama de
66 “fundo de quintal”; também são associações de pequenos produtores no meio rural, que se
67 organizam para comercializar o seu produto. Isso são economias solidárias, que até então existiam
68 poucas políticas públicas do Governo Federal e a partir do 2003, com a Secretaria Nacional, começa
69 a se investir em recursos públicos para que esses grupos comecem a ter acesso, financiamento à
70 formação, capacitação, porque a idéia é que eles sejam empreendimentos que gerem trabalho e
71 renda, que consigam se organizar e competir no mercado. Esse tipo de empreendimento, pela
72 fragilidade dele, necessita desse apoio do Estado. Então, o Governo criou um conjunto de políticas
73 públicas, que eu vou mostrar rapidamente. Como eu estava falando: quem é a Economia Solidária?
74 São cooperativas populares, grupos de trocas, redes de produção. O que eles fazem? É a produção
75 para a subsistência e para gerar trabalho e renda, às vezes, para a família, ou para um grupo de
76 família. Então, são alimentos, roupas, na maioria das vezes produtos de primeira necessidade, mas
77 também inclui cooperativas de serviços gerais, limpeza urbana, artesanato, a característica principal
78 é propriedade coletiva, quer dizer, não é uma empresa privada. Autogestão é o modo de
79 organização, não tem um patrão e os empregados, todos têm o mesmo direito de decidir onde vai o
80 recurso, como vão dividir o financiamento. E a cooperação com outros grupos é uma das
81 características, comercializam entre os grupos. Outra coisa é a inserção comunitária, que é através
82 da articulação com associações de moradores, com as igrejas, com os clubes de mães, com os
83 conselhos. Estimula-se que esses grupos se articulem com esses atores da comunidade para que
84 consigam superar as deficiências que eles têm, que, às vezes, é de espaço físico, de um apoio para
85 reunir, fazer uma reunião para um empreendimento, um espaço para comercializar, para formar uma
86 padaria comunitária, para colocar uma máquina de costura. Então, os grupos de Economia Solidária
87 têm buscado muito o apoio da comunidade externa. Uma pesquisa do Governo apontou que hoje
88 existem 1.250.000 pessoas que vivem da Economia Solidária, que não trabalham de carteira
89 assinada, não trabalham de forma autônoma, sozinha, mas trabalham de forma coletiva, gerando
90 trabalho e renda para a comunidade e para a sua família. São dados de uma pesquisa de 2005, 2006
91 e está concluída a terceira fase agora, que esse número vai aumentar bem mais do que já tem
92 colocado. Aqui tem um dado do crescimento da Economia Solidária, quando iniciou a maioria dos
93 empreendimentos. A gente vê que a partir do ano 2002 teve um crescimento muito grande, nos anos
94 90 também. Por que isso? Em função das políticas públicas que começaram a ser feitas, que são
95 esses apoios; em função de que a crise de desemprego nos anos 90 foi muito grande, muitas
96 empresas pequenas fecharam, com a abertura do mercado para as multinacionais, para grandes
97 empresas, e muitos trabalhadores optaram em buscar alguma alternativa, que foi através de

98 pequenas cooperativas, de pequenos grupos de geração de emprego e renda. A Secretaria Nacional
99 criou um conjunto de políticas para fazer o que eu falei, essa ajuda, essa assessoria aos grupos de
100 Economia Solidária. Então, tem um conjunto de atores, que vai desde a articulação das políticas que
101 já existem, até apoio a redes de produção. A questão das finanças solidárias é um problema muito
102 grande, porque esses grupos não conseguem ter acesso ao crédito no sistema financeiro tradicional,
103 que fazem muitas exigências que esses grupos não podem cumprir, porque às vezes estão no SPC,
104 estão no SERASA. Então, essas alternativas que a Secretaria Nacional propõe são fundos de
105 microcréditos solidários que possam chegar a um financiamento, com juros mais baixos e sem
106 tantas exigências como o mercado formal exige. A formação e promoção é a formação de cursos, de
107 seminários, elaboração de um mapeamento e também a implantação do sistema de informação da
108 Economia Solidária. O último projeto feito o ano passado é esse de Promoção do Desenvolvimento
109 Local. Identificou-se que muitas dessas políticas não chegavam até a ponta, aos trabalhadores que
110 mais precisam, trabalhadores que muitas vezes estão em condições de vulnerabilidade social, são
111 trabalhadores que já recebem alguma assistência social, ou algum financiamento, mas não
112 conseguem que o seu empreendimento continue andando. Então, para as políticas poderem chegar
113 até a ponta que se criou o projeto dos agentes, que é para capacitar pessoas das próprias
114 comunidades que vão receber todo um aporte de formação, de como se organiza um
115 empreendimento, como se faz um projeto. E dentro daquela comunidade o agente vai estar
116 desenvolvendo e auxiliando para os grupos se formarem. Então, durante todo o período do projeto
117 esse agente vai recebendo capacitação para atuar como um técnico que vai estar na comunidade
118 estimulando os grupos que já existem, articulando as parcerias. No ano passado tinha 49 agentes no
119 Rio Grande do Sul e 252 no Brasil. A Universidade de Brasília e a Secretaria Nacional de Economia
120 Solidária apresentaram esse projeto para o MDS, o MDS achou um projeto muito interessante para
121 se fazer uma experiência no campo da assistência social, que é aquela discussão de que existe uma
122 quantidade enorme de populações carentes que são beneficiários de políticas sociais e que essas
123 famílias poderiam estar recebendo uma política de economia solidária, de incentivo a que
124 organizassem formas de geração de trabalho e renda. Então, o MDS aceitou o desafio de tentar fazer
125 essa experiência e aportou mais recursos do Ministério para conseguir ampliar o número de agentes.
126 Então, passou-se para 560 este ano, no Rio Grande do Sul aumentou para 57 agentes, e nesse
127 período fez alguns critérios para atender a demanda de agentes. Como é um projeto piloto muitas
128 cidades ficaram descobertas, porque a idéia é que a partir desse projeto piloto o êxito no trabalho do
129 agente em Porto Alegre, no caso, nós temos 11 agentes, o trabalho desses agentes possa servir de
130 modelo de processo e construir uma política efetiva de desenvolvimento local a partir do apoio à
131 economia solidária. As instituições parceiras são as secretarias de governos e órgãos da sociedade
132 civil e do governo, internamente, que estão auxiliando a execução do projeto. Também outro
133 Ministério que entrou, mas não com um aporte tão significativo, é o Ministério do Meio Ambiente,
134 porque a política da Agenda 21 local que o Ministério executa também tem agentes locais, esses
135 agentes também necessitavam de um aporte de capacitação no campo da economia solidária, que é
136 todo um saber diferenciado. Então, toda a capacitação os agentes vão receber para executar o
137 trabalho. Então, é mostrar que é possível construir um mercado interno com a comunidade, com os
138 beneficiários do Bolsa-Família, ou mesmo beneficiários de programas sociais, porque eles recebem
139 esse benefício e gastam em coisas supérfluas, gastam um dinheiro que poderia ficar na própria
140 comunidade, comprando o pão na padaria comunitária, comprando a alimentação, roupa, material
141 de higiene e limpeza da própria comunidade, que são feitos pelos próprios trabalhadores. É criar um
142 novo modelo de desenvolvimento que não é o modelo tradicional, porque tudo vem de fora, tudo é
143 das grandes multinacionais e que a gente pode produzir internamente, comercializar gerando renda e
144 fomentando o desenvolvimento da comunidade. Tudo isso é feito de forma participativa, não é um
145 grupo técnico que vai chegar do Ministério, vai na comunidade e dizer: “Vocês façam isso, usem
146 isso”; não, é o contrário, lá dentro que o agente que foi escolhido pela comunidade, ou pelos

147 parceiros, e o agente mais do que ninguém conhece a realidade de onde está trabalhando e poder
148 dizer qual é a vocação, como pode trabalhar melhor para desenvolver o produto. A ampliação e
149 fortalecimento da economia solidária também, porque deixa de ser um foco das economias, das
150 cooperativas e que consiga avançar para esses segmentos que são os mais vulneráveis, que são os
151 segmentos de beneficiários de programas sociais, que muitas vezes nunca vão conseguir se inserir
152 no mercado tradicional, não vão conseguir formar uma empresa formal. Então, é buscar inserir esses
153 segmentos que até, então, não estão envolvidos com o tema da economia solidária e conseguir se
154 envolver, participar das reuniões. Desde o ano passado trabalhamos com quilombolas, indígenas e a
155 partir deste ano começa a envolver as comunidades de periferias urbanas, Agenda 21, beneficiários
156 do Bolsa-Família, catadores e desempregados. Qual é o papel do agente? O agente que está na
157 comunidade vai executar aquilo que um assessor técnico ou um consultor certamente faria. Nós não
158 vamos contratar um técnico que vem da universidade, que vai lá na comunidade sem conhecer,
159 aplica todo um conhecimento, termina o projeto ele vai embora e muitas vezes a comunidade não
160 conseguiu avançar e nem construir nada. A idéia é o inverso, é levar todo o conhecimento que o
161 agente vai adquirir, mesmo que o projeto termine ele vai continuar morando na comunidade e vai
162 poder estar multiplicando o conhecimento. Ele vai fazer aquilo que muitas vezes a comunidade não
163 tem condições de fazer, a comunidade não tem às vezes acesso a como chegar em uma secretaria,
164 como chegar em um projeto, como elaborar, aí o agente vai estar ajudando a fazer isso, vai estar
165 assessorando na formação. É levar o tema, do que é um empreendimento coletivo, formar as redes,
166 porque às vezes tem um na comunidade que faz a alimentação, o outro faz a higiene, o outro faz a
167 confecção. Então, organiza isso em grupo e eles podem estar comercializando isso em si, fazendo
168 uma rede de comercialização que vai estar vendendo esse conjunto de produtos para a própria
169 comunidade. Então, a construção de redes é possível fazer. Estimular as parcerias, como eu falei, e
170 campanhas de divulgação do que é economia solidária, porque isso também é um aprendizado. Os
171 trabalhadores, a grande maioria vem de uma cultura de trabalho subordinado, se não tiver um patrão
172 para mandar ele fazer não faz, se não tiver uma grande empresa se instalando não vai ter emprego.
173 Então, uma cultura nova de dizer que o trabalhador tem o poder de gerenciar empreendimentos
174 como gerencia a sua própria casa, pode estar gerenciando um empreendimento. Para encerrar, como
175 funciona o projeto? Ele tem a coordenação de três ministérios, a Universidade de Brasília que
176 executa o projeto, que dá a capacitação para os agentes, e continua o processo de capacitação
177 permanentemente. Trabalha diretamente com instituições parceiras, que é a Federação dos
178 Quilombolas, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, clubes de mães, sindicatos; são as
179 instituições que vão estar apoiando para que se consiga fazer um bom trabalho. Temos os parceiros
180 do Governo, que são as DRTs, os fóruns, as prefeituras, o Governo Estadual, instituições de ensino;
181 quer dizer, o agente vai estar procurando esses órgãos e esses parceiros para estar viabilizando o que
182 é papel dele, organizar os empreendimentos solidários. Quais são as ações? Ele vai trabalhar com
183 foco no desenvolvimento de empreendimentos de uma empresa, só que ele não pode abrir mão de
184 temas que são centrais, que é a questão de higiene, a maioria dos empreendimentos solidários são de
185 mulheres. Muitas vezes a relação machista da família impede que a mulher saia para o seu
186 empreendimento e vá às reuniões de noite. Então, ele tem que fazer esse tema do gênero, tem que
187 fazer essas discussões para que a mulher possa se empoderar também e ter uma emancipação
188 econômica. Tem a questão de comunidades remanescentes de quilombos, ou trabalhadores de
189 origem afrodescendentes, que têm muito mais dificuldade de entrar no trabalho e às vezes não
190 conhece a sua história. Também temos a questão da juventude, que é um segmento mais vulnerável
191 também, a gente está disputando com o tráfico, está disputando com a violência, porque eles
192 oferecem condições para o jovem, porque o jovem vê o tênis de marca que custa R\$ 300,00 e quer
193 comprar. Vai para uma empresa privada ganhar R\$ 100,00? Quer dizer, é uma disputa que se faz
194 com essa juventude. A economia solidária vem para disputar isso. Por que o jovem não pode ter um
195 empreendimento coletivo solidário? Nós temos a experiência da Cadeia do Surf, no nordeste, a

196 Cadeia do Skate, que foi criado em um consórcio de juventude aqui, são jovens que produzem
197 skate, produzem mochilas, produzem tênis. Eles organizaram um empreendimento em rede que
198 conseguem dialogar com a própria juventude, que agora estão comprando de um empreendimento
199 de jovens. Qualificação produtiva é outro tema, às vezes a gente vai lá na comunidade que tem uma
200 padaria e o pão é ruim, tem que qualificar o produto, ele pode fazer uma cuca, doces, salgados.
201 Então, a gente vai estar levando capacitação técnica, que seja do SEBRAE, seja das universidades,
202 para que aquele produto seja mais qualificado, agregue mais valor e gere mais renda. A formação é
203 fundamental, é necessário levar para eles como faz uma gestão, como faz um fluxo de caixa, como
204 faz uma organização desse empreendimento para que não quebre logo a seguir. Então, tem que ter
205 capacitação e formação, e o crédito, que é o desafio central, ele precisa de um financiamento, temos
206 que elaborar projeto, tem que levar para o Governo Federal. Então, nessa questão do crédito a gente
207 vai poder estar ajudando também. O objetivo: organizar o empreendimento solidário que sirva tanto
208 para a geração de trabalho renda, como para uma demonstração de desenvolvimento local
209 sustentável. Ao mesmo tempo em que ele desenvolve a economia solidária, que é essa forma de
210 produzir, de comercializar, que não é a forma individual e competitiva, ele pode estar mostrando
211 que existe uma potencialidade desse modelo ser um modelo que não fique restrita a uma
212 comunidade, a outras comunidades, ao município inteiro. Nós temos agentes em alguns municípios
213 separados que podem demonstrar isso. Na região metropolitana nós temos Porto Alegre, Alvorada,
214 Gravataí, Eldorado do Sul, Canoas e Sapucaia do Sul; Santa Rosa, Missões, a gente tem um em
215 cada desses municípios. O Vale dos Sinos ampliou, temos mais agentes. A região central: Santa
216 Maria, Restinga Seca; a região sul também tem uma quantidade significativa. Na região sul, Santa
217 Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul são prefeituras parceiras, que eles têm políticas de apoio à
218 economia solidária, e lá o projeto está indo muito bem. A gente tem Caxias, Santana do Livramento,
219 Santo Antônio da Patrulha e Pinhal. No caso de Porto Alegre nós estamos com esses agentes nesses
220 locais: Restinga, Cristal, Grande Cruzeiro, Morro da Cruz, Lomba do Pinheiro, Vila Zero Hora,
221 Joana D'Arc, Partenon, Bom Jesus e Morro Santana. Esse é um primeiro levantamento que a gente
222 fez das ações dos agentes, mas como eu falei é um projeto construído de forma parceira. **Sra.**
223 **Presidente:** Eu não sei se posso interromper. Tu disseste quem são os agentes. **Sr. Paulo Marques:**
224 Eu até tenho uns que já estão aqui, nós convidamos outros, mas eles estavam com outras agendas,
225 não puderam vir. Maria, eu posso passar para vocês o nome e contatos desses agentes todos. A idéia
226 não é o agente na comunidade atender toda a comunidade, porque se cria uma expectativa que não
227 vai ser cumprida, porque, às vezes, pega uma comunidade, por exemplo, como a Restinga que tem
228 quase 200 mil habitantes. É uma comunidade gigantesca, quase um município, e nós temos apenas
229 um agente lá. Então, esses agentes vão conseguir atuar em toda a comunidade? Não vão, mas vão
230 estar focados em alguns empreendimentos que conseguiu mapear, que consiga desenvolver aquele
231 empreendimento, consolide-se como uma cooperativa de trabalho e renda. Aí vai estar construindo
232 as redes e um ambiente para novos grupos se formarem. É óbvio, conforme o crescimento desse
233 processo, mais parceiros entrando, a gente vai poder estar aportando mais recurso e colocando mais
234 agentes lá. A gente vai fazer uma avaliação no final deste ano do que se conseguiu atingir, a gente
235 vai avaliar se teve êxito, quantos atendimentos foram formados e o que é preciso para ampliar, onde
236 teve as maiores dificuldades. Tudo isso na perspectiva de que essa possa ser uma política
237 permanente e conseguir ampliar o alcance do projeto, porque é um projeto inicial, experimental,
238 mas o êxito dele vai ser muito importante para a gente conseguir avançar. No ano passado a
239 avaliação foi muito boa para os grupos que participaram, que solicitaram que continuassem, então, a
240 gente continuou com o atendimento dos grupos que estavam o ano passado e a perspectiva é
241 conseguir ampliar. Nós temos os projetos, eles podem ser acessados por vocês, porque esses dados
242 são abertos. Então, a idéia do projeto é esse, colocar a economia solidária como alternativa, a “porta
243 de saída” de uma situação de vulnerabilidade social que muitas comunidades vivem hoje. Isso é
244 uma questão de cidadania, a pessoa que às vezes não tem um documento e vai fazer uma

245 cooperativa vai ter que se estruturar para isso, às vezes a pessoa não sabe ler e achava que isso não
246 tinha importância, mas fazendo uma cooperativa ela vai se estimular a voltar a estudar. A
247 cooperativa pode ser um espaço onde vai trazer a cultura, a educação, assistência, saúde, além de
248 gerar trabalho e renda pode se tornar um potente instrumento de cidadania. A gente tem a
249 experiência de grupos que começaram, grupos de mulheres, de costureiras, que foram dar palestras
250 em outros estados, foram para Brasília mostrar a experiência, que é possível poder avançar. A gente
251 tem um filme da Secretaria Nacional, que é de 25 minutos, onde mostra a experiência de economia
252 solidária de todo País, este filme está disponível, se vocês quiserem a gente pode passar o filme para
253 aprofundar o tema. Nós estamos à disposição, o nosso escritório é na DRT, 4º andar. Nós estamos
254 com os agentes indo aos locais também fazendo esse trabalho de divulgação da economia solidária,
255 que a gente chama de “Sensibilização”, porque a gente tem que ganhar as pessoas para o projeto,
256 porque não adianta a gente fazer todo um discurso de que é bonito e maravilhoso se o trabalhador
257 não se apropriar disso como um projeto que tem viabilidade e que pode dar resultado, aí não vai sair
258 do papel. Então, só tem condições de resultado quando o trabalhador assimila que tem esse
259 potencial, pode gerar o seu empreendimento, pode estar gerando trabalho e renda. Então, esse é o
260 nosso desafio e estamos à disposição. **Sra. Presidente:** Obrigada, Paulo. Alguém quer fazer alguma
261 pergunta? **Sra. Josiane S. Cardoso:** Eu gostaria de saber a quanto tempo os agentes estão na
262 comunidade. Eu sou da região da Cruzeiro e estou espantada de ter um agente dentro da
263 comunidade fazendo esse trabalho e nunca ter visto essa participação. Como a minha região é a
264 Grande Cruzeiro, nós temos dois Conselhos que trabalham juntos em prol de construir projetos para
265 a comunidade. Aí fica meio complicado um outro agente entrar, montar um projeto sem que esses
266 fóruns fiquem sabendo. Até me surgiu algo na cabeça, se é uma ligação que estou fazendo de um
267 projeto que estavam executando dentro da região, que os dois Conselhos não estavam sabendo. Aí
268 fica complicado, porque tu tens uma mão, aí vem outra mão contrária, que ao invés de ajudar acaba
269 gerando um conflito regional. Eu fiquei preocupada. **Sra. Elvira Centena da Silva:** Eu queria
270 perguntar o seguinte: ele disse que são 11 agentes, ali aparecem só 10, nós da Grande Santa Rosa
271 temos muitos artesãos que estão na economia solidária, mas não temos nenhum agente lá. Então,
272 está sobrando um agente, quem sabe manda para lá para assessorar esses grupos, porque temos
273 muitos grupos. **Sra. Glademira M. C. Barbosa:** Eu acho que muitas perguntas se somam à
274 pergunta dela, de estar acontecendo e a gente não estar sabendo. **Sra. Tatiane Torres:** Paulo, esse
275 projeto tem alguma ligação com o Fórum Municipal de Economia Solidária? E também a questão
276 da Loja Mundo Paralelo, que fica ali na General Câmara, que tem a exposição de produtos da
277 Economia Solidária. Na verdade, em Porto Alegre nós temos na região Extremo Sul dois grupos de
278 geração de trabalho e renda, que fazem parte do Programa da AVESOL, que é da rede marista.
279 Então, nós trabalhamos já na região Extremo Sul com essa linha e eu gostaria de verificar se tem
280 uma parceria entre o MDS. Nós tivemos nos dias 29 e 30 um encontro de formadores de Economia
281 Solidária da rede marista. **Sr. Paulo Marques:** Como eu falei, é um projeto piloto, iniciou o ano
282 passado com um foco muito definido em organizações e segmentos que demandaram políticas da
283 Economia Solidária. Então, foi focado em alguns segmentos para identificar qual a potencialidade
284 que tinha o projeto, onde foram identificadas algumas comunidades. Por exemplo, na Grande
285 Cruzeiro é um grupo de uma ONG de mulheres negras, que é a Nizinga, que tem mulheres que
286 fazem artesanato, organizadas com a iniciativa do projeto. O foco do projeto era iniciar um processo
287 de capacitação das agentes, capacitação dos empreendimentos, mas ficado muito no
288 empreendimento. Então, em um bairro grande é óbvio que muita gente não conhece e ele está em
289 um processo de desenvolvimento. Então, é um projeto lento, a Economia Solidária tem a questão de
290 que os resultados não são a curto prazo, porque os grupos às vezes se desagregam, não conseguem
291 receber financiamento, tem que retomar tudo de novo. Então, começa a dar resultados conforme é
292 ação do agente, alguns avançam, outros não. Nós fizemos uma avaliação, em alguns não houve
293 avanço, inclusive, tivemos que substituir agentes que não conseguiram dar conta da tarefa. Então, é

294 um processo muito lento e depende muito da comunidade, do grupo que está envolvido, depende do
295 agente. A questão de participar de Conselhos é aquilo que eu falei, o objetivo é esse, levar os
296 empreendimentos, levar as pessoas a participarem de Conselhos que nunca participaram, começar a
297 articular na comunidade. E ele não vem para substituir ou competir, muito pelo contrário, ele vem
298 para fortalecer o que já existe na comunidade. Nós temos Conselho da Educação? Temos, mas
299 muita gente não vai. Assim como tem o Conselho da Saúde, da Assistência, todos esses Conselhos
300 nós temos que estimular que a comunidade participe, mas muitas vezes não participam por um
301 conjunto de dificuldades. Então, a Economia Solidária vem buscar que essas pessoas se integrem. A
302 própria questão levantada, o Fórum Metropolitano, essas pessoas e esses grupos do ano passado não
303 participaram, e esse é o objetivo do projeto, porque a Economia Solidária não tem propriedade, não
304 existe um dono da Economia Solidária, não existem os grupos privilegiados, os melhores, os piores,
305 os históricos e os recentes. Então, a idéia é que o Fórum de Economia Solidária seja um espaço
306 onde todos participem. Então, estamos em um processo onde a orientação do agente é que leve esses
307 grupos para dentro dos fóruns. Inclusive, a participação dos grupos, assessorado pelos agentes, na
308 Conferência Nacional de Economia Solidária foi muito grande, a Conferência Estadual que nós
309 fizemos em junho do ano passado reuniu no Harmonia mais de 1.200 trabalhadores de
310 empreendimentos. Grande parte dos empreendimentos de diversas regiões do Estado nunca tinham
311 participado de um Fórum de Economia Solidária, nunca participaram de um Conselho. Eles foram
312 lá e a partir daí organizaram, hoje temos mais de 10 fóruns organizados nas 10 regiões do Estado,
313 organizados muitos deles por apoio dos agentes que começaram a estimular. Não que o agente vá lá
314 fazer o debate porque tem mais saber, porque recebe uma bolsa, não, o agente tem a tarefa de fazer
315 com que o trabalhador do empreendimento esteja lá discutindo a política pública. **Sra. Leila Maria**
316 **Pitta de Azevedo:** Na região da Restinga, onde é a atuação do agente? **Sr. Paulo Marques:** Na
317 Restinga o agente começou este ano, ele está sendo capacitado e vai atuar com grupos de religião
318 afroafricanas, na elaboração de roupas e produtos. Está sendo articulado na escola estadual, não me
319 recordo o nome. Eu sei que a tarefa do agente é fazer um diagnóstico, levantamento das
320 potencialidades, articulação. Eu estive com ele em uma reunião na Restinga, no sábado retrasado,
321 onde conversamos com algumas pessoas dos grupos que estavam com interesse de discutir esse
322 tema da Economia Solidária. Eles já produzem roupas de religião, já fazem uma produção na
323 confecção de roupas, mas é de forma individual, a idéia é se organizar coletivamente como uma
324 característica da região. E é um produto que tem potencial de gerar trabalho e renda. Ele está, então,
325 participando da discussão sobre a escola técnica, inclusive, tem levado a proposta de criar na Escola
326 Técnica Federal da Restinga um curso de Economia Solidária, um curso similar ao que está sendo
327 feito na UNIUI. Então, o agente já me deu esse relato, nas reuniões tem levantado esse tema, e se
328 for construído isso é um avanço significativo na Restinga. Para encerrar, a questão do Mundo
329 Paralelo também é um projeto do Governo Federal, que é um projeto de lojas de Economia
330 Solidária que vai ser colocado em todo o País. O Mundo Paralelo tem aqui em Porto Alegre, é ali
331 nos Bancários, tem em Novo Hamburgo uma sede também. Nós temos uma reunião esta semana
332 para ver como colocar o produto dos trabalhadores que estão sendo assessorados nas lojas da
333 Economia Solidária. Sobre aquela região que falta um agente, eu não falei, mas é o Água Viva, um
334 dos agentes está aqui, que é o Bruno, nós estamos entrando em uma outra comunidade, que é a 11ª
335 que faltou ali, a gente está discutindo com um grupo de mulheres produtoras. O objetivo é conseguir
336 mapear também as demandas que têm. Então, como a senhora levantou, que tem tantos grupos e
337 poderia ter um agente lá, vamos articular, levar a demanda. Esse é o objetivo, que nas próximas
338 etapas, porque a idéia é que o projeto funcione no mínimo nos próximos quatro anos, que a gente
339 consiga a cada ano estar ampliando o número de agentes, identificando onde há as demandas
340 maiores. Então, eu oriento a senhora a conversar com os agentes, com a Marister, que a gente vai
341 estar colocando isso como as prioridades para a inclusão de novos agentes. **Sra. Presidente:**
342 Obrigada, Paulo. Hoje nós vamos ficar por aqui, isso demonstra a importância da discussão deste

343 assunto, não é à toa que a Marister está há vários meses solicitando uma agenda. Nós podemos até
344 estar marcando novamente, agora vocês já sabem as regiões onde estão os agentes localizados, nós
345 temos os Conselheiros de cada região, que vão estar olhando e podemos estar novamente marcando
346 uma discussão sobre isso. A Marister, que é a nossa representante, tem esse papel de estar
347 articulando junto com todos esses agentes como vai se dar essa relação aqui em Porto Alegre. Eu
348 acho que a grande tarefa é esta, de estar articulando, estar por dentro da assistência social, vendo os
349 grupos que a gente quer que estejam conseguindo ser incluídos nesse programa. **Sra. Marister da**
350 **Cunha John:** Eu gostaria de colocar que estou participando da Comissão do Bolsa-Família aqui,
351 está havendo várias necessidades de poder estar se apropriando desses conhecimentos, de saber qual
352 é a realidade na Cidade, para poder estar chegando nos grupos, para estar de fato podendo conversar
353 e poder estar ajudando a articular isso aqui. O trabalho aqui com a Diva e com as colegas está muito
354 bom, eu acho que a coisa está bem articulada, tem esse espaço. **Sra. Presidente:** A Marister está
355 aqui desde o final de fevereiro, então, é muito recente ainda, mas vocês estão no caminho. **Sr. Paulo**
356 **Marques:** Nós temos aqui o Bruno, que é agente de Porto Alegre, o Cristiano é do litoral, e a
357 Denise também aqui em Porto Alegre. A Evelise está fazendo um projeto que é diferenciado, ela
358 está atuando no Presídio Madre Peletier, que é uma experiência piloto também, que é de inserção
359 produtiva de mulheres que estão hoje cumprindo pena e que estão em processo de saída, de
360 reinserção produtiva. Então, ela está atuando naquele grupo, que já tem um convênio com o GHC
361 para fazer as roupas e organizar uma cooperativa para elas saírem de lá com uma produção. A gente
362 agradece, Maria, estamos à disposição, vocês podem até marcar uma reunião, ir na DRT que a gente
363 conversa. **Sra. Presidente:** Nós agradecemos a tua presença e a presença dos agentes. Também
364 dizer que a nossa Plenária é aberta, se vocês continuarem não há nenhum problema. Com certeza a
365 gente vai estar chamando vocês e demandando muito. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Paulo,
366 nós copiamos esse arquivo do Power Point, há algum problema de repassar aos Conselheiros? **Sr.**
367 **Paulo Marques:** Não, ele é público e todas as informações são abertas para todos. **Sra. Iara de**
368 **Fátima Bueno da Rosa:** Então, fica o nosso compromisso de estar repassando esses arquivos para
369 vocês poderem acompanhar. Paulo, só falta a relação dos agentes por região. **Sr. Paulo Marques:**
370 Ok, pode deixar. **3) Projeto Operação Inverno. Sra. Presidente:** Nós já temos *quorum*, mas
371 vamos pular a ata, porque estamos avançados no tempo. Vamos passar direto para o Projeto
372 Operação Inverno. Nós recebemos no final da semana retrasada o Projeto Operação Inverno, que eu
373 vou deixar para a Iara fazer o relato. Nós analisamos na Comissão de Políticas, quarta-feira passada,
374 e a gente vai estar dividindo com vocês. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Quem já é
375 Conselheiro há mais tempo sabe, no ano passado nós também aprovamos um Projeto Operação
376 Inverno para o aumento de vagas nos albergues. Este projeto veio da FASC, entrou na Comissão de
377 Políticas na quinta-feira. Nós avaliamos o projeto e fizemos algumas considerações no sentido
378 seguinte: a proposta que veio era para 30 vagas a mais para o Albergue Municipal, 30 vagas para o
379 Albergue Felipe Diel, conveniado, e o conveniamento de 30 vagas para o Albergue Dias da Cruz,
380 que não tem convênio, o conveniamento seria só para essas 30 vagas excedentes. Nós questionamos
381 algumas coisas em relação ao projeto, chamamos a atenção da representante da FASC aqui, e
382 fizemos o encaminhamento da possibilidade de aumentar esse número de metas. Conseguimos
383 negociar, a gente fez um contato aqui do Conselho mesmo com o Albergue Felipe Diel, que ao
384 invés de 30 vagas passasse para 60 vagas, se ele tinha condições físicas de colocar mais 60 leitos,
385 passando de 145 para 205. Esperamos um pouco e depois nos responderam que tudo bem. Então,
386 essa já seria uma alteração do projeto. Tem as 30 vagas do Albergue Municipal, que passa de 120
387 para 150, que, na realidade, é próprio, o local está lá, tem como atender as outras 30. E as 30 vagas
388 do Dias da Cruz, que a gente chamou a atenção no sentido seguinte: que essas 30 vagas fossem para
389 famílias, mulheres com criança. Por que essa diferenciação? Porque se o Dias da Cruz não tem
390 convênio com a FASC, como que a FASC vai controlar essas 30 vagas que está pagando se não
391 especificar quem for usuário? Aí é encaminhado pelos outros serviços. Senão, daqui a pouco, nós

392 estamos repassando, reconveniando 30 vagas a mais e não estamos aumentando o número de metas
393 a serem atendidas, daqui a pouco vamos estar subsidiando aquilo que eles já atendem. Então, essa
394 foi uma das colocações que nós fizemos na questão dessa Operação Inverno, só que conversamos
395 isso na quarta-feira, na realidade, não foi na quinta, foi na quarta-feira. E no sábado nós fomos
396 surpreendidos com uma matéria no jornal, que fala a respeito da Operação Inverno e que de uma
397 certa forma, como foi escrito no jornal, coloca que a Operação Inverno praticamente não começou
398 porque o Conselho não aprovou. É o seguinte: “De um total de 90 vagas extras previstas para a
399 Operação Inverno apenas 30 estavam disponíveis ontem à noite nos três principais albergues de
400 Porto Alegre”. Vejam bem, esta matéria é de sexta para sábado e o projeto veio na quarta-feira. “A
401 criação das vagas está garantida, mas depende de aprovação do Conselho Municipal de Assistência
402 Social, que se reúne na segunda-feira. O projeto a FASC ampliou de 90 para 120 o número de leitos
403 extras nos albergues: o Municipal, Felipe Diel e Instituto Dias da Cruz. Com a chegada antecipada
404 do frio as 30 vagas extras no Albergue Municipal estão disponíveis desde o início da semana,
405 totalizando 150 leitos. Se a criação das vagas for aprovada pelo Conselho serão mais 60 no Felipe
406 Diel e mais 30 no Dias da Cruz. Em caso de frio extremo a FASC poderá pedir a abertura
407 antecipada das vagas nos dois albergues conveniados. Nesses locais os moradores de rua têm acesso
408 a banho quente, troca de roupa, jantar, cama e café da manhã. Além dos albergues a FASC dispõe
409 de vagas em dois abrigos, o Bom Jesus e o Marlene, totalizando 200 vagas. Durante o dia duas
410 Casas de Convivência podem ser utilizadas pelos moradores de rua para tomar banho, lavar roupa e
411 descansar. Na Casa da Associação Cultural Beneficente Ilê Mulher, na Gaspar Martins, nº 216, são
412 atendidas mais de 150 pessoas por dia, das 7h30min às 18h30min. Conforme Giovane da Silva, um
413 dos coordenadores da Casa, o local ainda dispõe de guarda-volumes, biblioteca, oficinas e quarto
414 reservado para mulheres e crianças vítimas de violência. A outra Casa de Convivência fica na rua
415 João Alfredo, no bairro Cidade Baixa. Nesses locais ainda é possível obter informações sobre
416 emissão de documentos. A FASC repassa alimentos, mantas, colchões, lençóis e cobertores as casas
417 próprias e parceiras. Outra iniciativa é o encaminhamento de pessoas viciadas em drogas a seis
418 comunidades terapêuticas da região metropolitana”. Essa é a matéria que foi dada, vejam bem o que
419 eu estou dizendo, a dependência era o Conselho. Aí a gente leu, conversamos com a Presidente da
420 FASC no sentido de que, primeiro, inverno tem todos os anos. Então, tinha que ter um planejamento
421 disso no começo do ano, quando se falou do orçamento tinha que estar planejado, o projeto não
422 pode vir para cá depois que deu o dia mais frio dos últimos 20 anos, que foi na terça-feira passada,
423 dia da pré-conferência da região Centro. Então, a gente chamou a atenção. Hoje saiu outra matéria,
424 aí conversamos, a Brizabel foi sensível ao nosso questionamento e diz: “O Conselho Municipal de
425 Assistência Social deverá aprovar hoje em sessão plenária o Projeto Operação Inverno da Fundação
426 de Assistência Social e Cidadania, que aumentará em 120 vagas a capacidade da rede de albergues
427 de Porto Alegre. Os 30 leitos extras no Albergue Municipal da FASC já foram disponibilizados
428 semana passada, totalizando 150 lugares. As 90 vagas esperadas serão divididas entre o Monsenhor
429 Felipe Diel e o Instituto Espírita Dias da Cruz, a rede terá 385 vagas para abrigar 2.200 moradores
430 de rua da Capital. A representante da sociedade civil no CMAS, segunda Vice-Presidente do
431 Conselho, Iara da Rosa, afirmou que o órgão negociou com o Felipe Diel a implantação das 30
432 vagas originalmente previstas no projeto da FASC: *Conseguimos mais 30 vagas no Albergue Felipe*
433 *Diel, mas sabemos que é pouco, pois a oferta cobre apenas 30% da população de rua.* Além dos
434 albergues a FASC conta com mais 200 vagas em dois abrigos da Cidade, Bom Jesus e o Marlene, e
435 toda essa estrutura será necessária para enfrentar as frias madrugadas da Capital em julho”. Então,
436 eu quis esclarecer essas coisas, porque a gente tem que estar atentos conseguimos delinear as coisas,
437 mas por que eu quis ler isto? É a terceira vez que sai matéria no jornal colocando a responsabilidade
438 para cima do Conselho. Nós temos sim a responsabilidade, é nossa obrigação deliberar sobre a
439 política, é aqui que a gente tem que definir as coisas, a partir de discussão na Comissão de Políticas.
440 E a gente tem tentado sempre construir os projetos, discutindo com as pessoas que elaboram os

441 projetos na FASC, negociando alteração, fazendo uma composição. O que não pode, e nós não
442 temos assessoria de imprensa, é daqui a pouco a coisa começar a cair e daí saem os comentários que
443 este é o “Conselho do contra”, nós não somos o “Conselho do contra”. Isso demonstra, por
444 exemplo, que a gente incentivou que além das 30 vagas do Felipe Diel fosse aumentada para mais
445 30 vagas. E, além disso, neste projeto que veio, que chegou hoje às 16 horas, que está dentro
446 daquilo que a gente discutiu, está construído dessa forma. Além disso, há a indicação de compra de
447 roupas para também as crianças do serviço de acolhimento noturno, porque não é só para o adulto
448 que tem inverno. Para não ler todo o projeto, ele está bem fundamentado, mas quais são as metas?
449 **Sra. Presidente:** Está com as alterações que a gente propôs na comissão. **Sra. Iara de Fátima**
450 **Bueno da Rosa:** Ele está como foi proposto, o custo não aumentou, mas está como foi proposto.
451 Então, as metas: prever albergagem e garantir condições adequadas de atendimento para 150
452 pessoas/noite, no período de junho a setembro, no Albergue Municipal, incremento de 30 vagas;
453 conveniar 30 metas de albergagem com o Albergue Dias da Cruz, no período de junho a setembro
454 de 2007; e conveniar 60 metas de albergagem com o Albergue Felipe Diel. Além de compra de
455 materiais de vestuário e calçados, com o propósito de proteger contra o frio crianças e adolescentes,
456 usuários dos abrigos e do acolhimento noturno. Os recursos: a origem do recurso a ser repassado às
457 Entidades conveniadas destina-se do orçamento próprio da FASC e da segunda etapa da
458 reprogramação dos saldos de 2005. É uma tabela que nós já apresentamos aqui. O valor da meta
459 conveniada: per capita de R\$ 166,65 ao mês. Para o Albergue Dias da Cruz 30 metas ao longo de
460 quatro meses, vai dar R\$ 19.998,00, valor a ser repassado em quatro parcelas mensais de R\$
461 4.999,50. Albergue Felipe Diel 60 metas ao longo de quatro meses, R\$ 39.996,00, valor a ser
462 repassado em quatro parcelas mensais de R\$ 9.999,00. Albergue Municipal e abrigos da rede de
463 criança e adolescente R\$ 19.988,83, a ser utilizado na compra de material de vestuário para os
464 abrigos da rede. Aqui tem uma relação de materiais, agasalhos, abrigos, moletons, roupas de baixo,
465 com os custos todos do que é para ser comprado para a rede. “O monitoramento e avaliação se darão
466 mediante supervisões sistemáticas junto aos albergues conveniados, bem como o Albergue
467 Municipal e abrigos da rede de criança e adolescente destinatário dos recursos de que trata o
468 presente projeto”. É isso, se alguém tem alguma dúvida, por favor. Uma das coisas que a gente tem
469 colocado é que o Albergue Felipe Diel, embora trabalhe com a rede especializada, sempre teve uma
470 certa resistência em ter o assistente social, porque no convênio dele não tinha essa previsão. Então,
471 no momento em que nós negociamos esse aumento de metas também negociamos que ele precisava
472 ter um técnico lá, isso foi acertado. Então, ele vai ter um técnico por 12 horas semanais para
473 acompanhamento desse pessoal que utiliza o albergue. Eu quero chamar a atenção de que neste
474 projeto, nessa construção que fizemos, a gente chamou a atenção de que essa verba não poderia
475 servir para fazer reforma do albergue e nenhum equipamento. Nós estamos falando de Operação
476 Inverno, nós temos que chegar à conclusão de que se existe a necessidade de reforma, a reforma não
477 serve só para o inverno, aí é muito mais para custeio. Então, é direcionado realmente ao aumento de
478 vagas e à qualificação do serviço. **Sra. Presidente:** Alguma pergunta? Algum esclarecimento? **Sra.**
479 **Milda Stroschoen Pinent:** Mas para aumentar vaga eles não vão ter que comprar equipamentos,
480 camas, cobertores? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Este dinheiro é exatamente para subsidiar
481 isso, não para reforma física. **Sra. Milda Stroschoen Pinent:** Esse espaço já existe? **Sra. Iara de**
482 **Fátima Bueno da Rosa:** Eu vou explicar. No Albergue Municipal, por exemplo, tem um quarto
483 fechado com 30 leitos. **Sra. Milda Stroschoen Pinent:** Então, esse dinheiro seria só para manter
484 esses 30 leitos? **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** No Albergue Municipal não está sendo
485 repassada parcela, para o Albergue Municipal nós estamos repassando para comprar roupas, tanto
486 no Albergue Municipal como no Acolhimento Noturno. Para equipamento próprio não tem isso
487 porque eles têm espaço para isso, têm equipamento para isso. E para o Felipe Diel, por exemplo,
488 que tem equipamento, tem cama, tem para mais 30, o incremento são as outras 30, é nessa que ele
489 vai ter que comprar cama. E eles também têm espaço físico, tem como fazer. **Sra. Glademira M. C.**

490 **Barbosa:** Eu estou preocupada com essa questão da FASC estar repassando para o CMAS a culpa
491 das coisas, porque lá na região nós estamos praticamente com o mesmo problema. Já é a segunda
492 semana consecutiva que não se tem notícia das metas de SASE aprovadas no OP para o Centro
493 Social Padre Leonardi. Eu liguei para o CMAS, conversei com a Míriam, ela me disse que essas
494 metas estariam na FASC. O Padre retornou para cá e disse que quem estava trancando as metas era
495 o CMAS. Então, isso me preocupa, porque essa conversa já vem de tempos, eu vejo que este
496 Governo não respeita muito este Conselho, quando ele quer fazer as coisas bota um projeto, faz e
497 nós temos que aprovar, senão passamos por bandidos. Isso vem me preocupando há bastante tempo.

498 **Sr. Sérgio L. Cupini:** Eu também queria colocar o seguinte: já que está ocorrendo sistematicamente
499 isso, não tem como adendar, ou mandar um novo memorando para eles, para eles mandarem o
500 projeto até março? Ou é falta de pessoal para montar o projeto, ou simplesmente engaveta e espera
501 para quando o frio chegar, para não acontecer novamente no ano que vem. Eles têm que ter um
502 cronograma, porque estão no terceiro ano deste Governo, eles têm que começar a dizer a que
503 vieram. Eles têm que pensar, chega abril, maio, pode estar um calorão, daqui a pouco despencou um
504 frio que não dava nos últimos 20 anos. Isso é uma coisa muito lógica aqui no sul. Eu não conheço
505 muito a matéria, mas eu acho que tem que alertar a FASC e a Governança também, porque às vezes
506 ficam batendo cabeça entre a Governança e a FASC. **Sra. Josiane S. Cardoso:** Esse recurso
507 destinado para esse projeto está dentro da matriz orçamentária da FASC que a gente aprovou? **Sra.**
508 **Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Está. **Sra. Lourdes Maria Pretto:** Como é feita a seleção, já que
509 tem um excedente enorme, são 300 vagas para 2.200 moradores de rua? **Sr. Patrick de Oliveira**
510 **Teixeira:** Qual é a posição da Mesa? Até para orientar o voto. **Sra. Iara de Fátima Bueno da**
511 **Rosa:** Quanto à questão dos recursos é preciso que se deixe claro que é de um recurso que está no
512 orçamento da FASC sim. Faltariam R\$ 20.000,00 desse recurso, que são exatamente as 30 vagas a
513 mais que a gente propôs para a ampliação. E no momento em que nós propomos para a ampliação, e
514 que tem um custo, nós temos que indicar de onde. Nós temos um mapa, que já mostramos aqui, que
515 é a reprogramação dos saldos, aqueles 80%, nós fizemos uma discussão dos 20%, e ficaram os 80%
516 que nós estamos discutindo. Eu digo que nós estamos discutindo porque veio para a Comissão de
517 Políticas uma série de propostas e tem uma série de coisas que não fechou, não está claro. Então,
518 tem uma proposta lá de R\$ 680.000,00 para discussão com as Entidades conveniadas. Então, desses
519 R\$ 680.000,00, que vamos fazer uma proposta aqui, a gente está propondo que R\$ 20.000,00,
520 porque o Felipe Diel é uma Entidade conveniada, nós não estamos saindo fora da linha, e estar
521 repassando nessa Operação Inverno, o restante é do recurso próprio da FASC. Então, na realidade, a
522 indicação do Conselho é em cima dos R\$ 20.000,00. O critério de escolha, eu ouvi alguém dizer que
523 nem todo mundo pode acessar, nós teríamos um problema seriíssimo se todos quisessem acessar. Se
524 juntar abrigo, albergue, tudo, dá umas 560 vagas, mais ou menos. Esse dado de 2.200 moradores de
525 rua é um dado nosso, da Casa de Convivência, baseado em uma lista de presenças desde que
526 abrimos, que tem 3.900 nomes. Então, 3.900 pessoas já passaram por lá, se filtrar quem vem mais
527 de uma vez, nós estamos em 2.200, que é a população de rua que tem hoje em Porto Alegre, a
528 região metropolitana. Existe um esquema assim: tu ficas 30 dias no Albergue Municipal, dali 15
529 dias no Felipe Diel, depois vai 15 dias para o Dias da Cruz e vai 15 dias para o albergue da Matias,
530 em Canoas. É bem assim que a coisa funciona; então, tem 2.200. O critério de seleção é o critério de
531 chegada e tem a reserva da abordagem ainda. **Sra. Presidente:** Cupini, todos os órgãos, casas,
532 famílias, enfim, têm que ter um planejamento. Então, a gente parte do princípio de que a operação
533 inverno é uma coisa que acontece, não só a Operação Inverno, mas assim como a Operação Verão,
534 tem uma série de atividades todos os anos. Então, era para lá por março já estar vindo o projeto para
535 ser discutido, para quando começar o inverno já estar tudo pronto, mas é sempre a mesma função,
536 vem uma semana antes, ou vem na semana, depois o Conselho que é sempre o responsável. Então,
537 isso já se tornou prática, ou a gente aprovar aqui o projeto de uma forma e ser implementado de
538 outra, que é uma outra questão que está colocada inclusive neste *folder* aqui. Então, como vamos

539 resolver essas questões? É a grande interrogação que temos deixado ultimamente, porque tem
540 virado prática essa questão. A questão da matéria do jornal, só saiu a segunda matéria porque a
541 gente foi cobrar, porque é inadmissível que a gente internamente esteja discutindo uma questão e
542 essa questão já esteja no jornal, inclusive, a proposta que o Conselho está fazendo é a proposta que
543 está lá como se fosse o Governo que estivesse propondo. Então, o que temos questionado é assim,
544 que parceria é essa que a gente tem? Que relação é essa que se está estabelecendo? São coisas que a
545 gente está discutindo e não sei se um dia essas coisas vão ser diferentes. Eu acho que o papel do
546 Conselho é exatamente esse, estar cobrando, estar fiscalizando, estar em alerta, porque eu acho que
547 tem uma série de coisas acontecendo que a gente não pode simplesmente silenciar ou deixar que
548 aconteça. Tem o Frei José e a Nice para falar ainda. **Frei José Bernardi:** A minha preocupação,
549 claro, eu acho que é um momento sazonal, mas a gente sai sempre aprovando medidas paliativas. O
550 que é? É dar abrigo, dar cama, janta, para uma população principalmente agora no inverno. Mas o
551 que se pode fazer na primavera? Que proposta a gente tem para esses 2.200 moradores de rua como
552 Conselho responsável pela assistência social, sobretudo sabendo desse trânsito entre os aparelhos
553 que dão essa assistência? Não sei, é uma pergunta, nós aprovamos aqui um projeto, o RAP, como
554 está o andamento disso? A execução desse projeto foi aprovada neste Conselho. **Sra. Eunice**
555 **Zimmermann:** Eu é mais a título de observação, que vai mais ou menos na linha do que o Frei
556 colocou. Se no inverno eu consigo aumentar a minha capacidade de atendimento em 60, por que no
557 verão a gente vê tanta matéria de que não há vaga em abrigo? Então, onde está o problema? No
558 inverno a casa estica? Deve ser. E a minha preocupação vem da experiência de quem trabalha em
559 abrigo durante anos. É que tu deixas para aprovar e mandar os projetos em cima da hora, quando
560 aparece um valor bem substancial para vestuário eu vou dizer o que na prática acontece. A licitação
561 vai levar uns dois, três meses, a compra mais uns três meses e no verão chegam os abrigos e
562 moletons para as crianças. No verão vai se receber moletons e tênis! Então, essa licitação para
563 vestuário de inverno deve ser feita em janeiro, porque agora só vai chegar no verão, para o inverno
564 de 2008. **Sra. Leila Maria Pitta de Azevedo:** Eu acho que cabe a manifestação, essa observação do
565 tempo, porque se agora a gente recebe esse projeto com defasagem de tempo e amanhã receber
566 outro com defasagem de tempo, acho que sempre a gente tem que ter um manifesto dizendo que
567 somos contrários, que os Conselheiros acham que não é possível trabalhar assim. **Sra. Presidente:**
568 Eu acho que o Frei fez uma colocação excelente, é isso mesmo quando eu digo que os Conselheiros
569 têm que estar atentos. Eu acho que nós estamos em um momento muito propício, é o momento da
570 avaliação das deliberações das conferências, que é de se estar avaliando, e temos dito reiteradamente
571 que nós temos que estar nos avaliando, avaliando o gestor, avaliando as políticas e que as políticas
572 têm que ser públicas. Nós temos que parar de fazer açõezinhas emergenciais. Qual é a política que
573 de fato nós temos para morador de rua? Qual é a política que nós temos para as crianças em situação
574 de rua, para os idosos, enfim? Eu acho que é isso que nós temos que estar pensando. O que a Nice
575 traz é muito pertinente, se no inverno há capacidade por que no verão, na primavera, no outono não
576 tem a mesma capacidade? Então, tem uma série de interrogações que nós temos que nos fazer e
577 estar perguntando para o gestor. Eu acho que nós Conselheiros temos um papel fundamental, que é
578 exatamente estar observando tudo aquilo que a gente aprova, o que não aprova, que muitas vezes a
579 gente faz de conta que não, estou com pressa, vai assim mesmo. Eu acho que nós precisamos refletir
580 sobre as políticas públicas, sobre as ações, sobre os projetos que temos aqui avaliado e deliberado.
581 Enfim, tem uma série de coisas que no fim a gente termina aprovando de afogadilho e eu acho que a
582 gente tem que parar com isso. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu queria falar a respeito
583 dessa questão que a Nice colocou a respeito da licitação. Isso é uma questão que eu falei hoje de
584 manhã, eu passei na FASC e falei a respeito disso, se for licitar não vai fazer. O que pode ser feito, e
585 é isso que eu pedi que verificassem, porque uma licitação é a partir dos R\$ 8.000,00, R\$ 7.999,00,
586 mas nós estamos falando de R\$ 20.000,00. Tem que ver o plano de contas, não sei como funciona,
587 porque são três equipamentos diferentes, daqui a pouco se fizer separado não é licitação. Eu

588 concordo contigo, leva muito tempo. Eu queria chamar a atenção, eu pedi que houvesse uma
589 articulação séria em cima dos Conselheiros de Governo para a questão da aprovação, para que
590 tivéssemos *quorum* para a aprovação deste projeto. Afinal, é um projeto imprescindível, saiu uma
591 matéria, a mulher do Correio do Povo já ligou para ver se tínhamos votado. Nós temos um Conselho
592 que é paritário, que temos neste momento 24 Conselheiros, suplentes e titulares, da sociedade civil e
593 6 governamentais, está quatro por um. As mesmas dificuldades que a sociedade civil enfrenta para
594 vir ao Conselho o Governo também tem, com uma diferença, cada Conselheiro da sociedade civil
595 banca a sua passagem e o seu tempo aqui. Então, este compromisso também precisa haver, não pode
596 também vir aqui tomar de afogadilho alguma coisa que eles queiram não aprovar. Quando se trata
597 de reprovar aí existe um movimento e é dessa parceria que nós estamos falando. É lógico, quando o
598 Patrick me pergunta o que a Mesa acha a respeito disso, nós defendemos a política de assistência
599 social, nós defendemos que realmente tem que haver mais vagas, tem que ser previsto recurso, tem
600 que ser prevista a ação. Tudo isso nós defendemos, mas, também, não podemos ficar como vilões.
601 Eu, particularmente, vocês sabem, defendo todas as políticas de assistência social, mas também
602 defendo esta neste momento, principalmente porque nós estamos tratando de uma população que
603 não tem política nenhuma e que tem direito. É uma população que se organizou, que na pré-
604 conferência da região Centro colocou 50 pessoas lá para colocar as suas demandas, que no OP da
605 região Centro tem 20 delegados para discutir habitação, que vai suplantiar um monte de
606 comunidades que estavam acostumadas na região Centro a levar todas as demandas. Então, eu aqui,
607 não estou falando nem enquanto Mesa, eu defendo que a gente aprove com todas essas moções, com
608 todos esses adendos que a gente colocou aí. **Sra. Eliane Gassen:** Eu concordo, estou há pouco
609 tempo aqui, só que nesse pouco tempo já aconteceu muitas vezes de nós aprovarmos, de chega à
610 tarde e nós aprovamos à noite sem ler nada. **Sra. Heloísa Helena L. Viñolo:** Eu estou há muito
611 tempo e sempre foi assim. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Eu acho que nesse documento que
612 a gente tem que encaminhar para a FASC, a gente tem que estabelecer exatamente isso, que projeto
613 que não vier aqui com menos de 15 dias não vai passar. Quer dizer, ele tem que chegar com uma
614 folga. Isso nós já deliberamos, mas vamos fazer uma resolução que o projeto que chegar aqui na
615 Comissão de Políticas, porque ele entra na fila dos projetos que estão na Comissão, quer dizer, não
616 dá menos de 30 dias, não tem como. Se é um projeto que está sendo bem pensado não vai sair da
617 cartola de uma hora para a outra, porque se prever o recurso é porque já pensou nele. Então, ele tem
618 que vir com tempo hábil, principalmente, quando se trata de um projeto que tem vinculação, por
619 exemplo, com o Conselho da Criança e do Adolescente, nós precisamos discutir com o outro
620 Conselho para que ele construa junto também. A gente também não pode deixar os outros
621 Conselhos à margem da discussão. **Sra. Eliane Gassen:** Esses são projetos que dão mídia. **Sra.**
622 **Presidente:** Sim. Tanto é que está aí a imprensa o tempo todo atrás de mim, já ligou umas quatro ou
623 cinco vezes. **Sra. Eunice Zimmermann:** Esta é a resposta para a mídia, de que este Conselho
624 batalha por políticas e não por projetos, por coisinhas emergenciais, que também são discutíveis. E
625 deixar bem claro que isso não é uma prática, a Operação Inverno não é uma prática deste Governo,
626 já é uma prática que vem desde 96. Essa discussão deve ser feita, por que no inverno se aumentam
627 vagas e no verão não tem, ou no inverno nós empilhamos as pessoas para dormirem de qualquer
628 jeito, ou no verão a gente esconde vaga? Eu acho isso muito sério, de repente aparece o dinheiro não
629 sei da onde. Então, como a gente vai trabalhar isso e como a gente trabalha de uma hora para a outra
630 se depende da licitação? Inclusive para o jornal que está telefonando deveria se fazer esse
631 esclarecimento, que esse projeto chegou aqui na quarta-feira. **Sra. Presidente:** Mas isso não é
632 publicado. Qual o encaminhamento que vamos dar para essa questão? **Frei José Bernardi:** Se tem
633 *quorum* vamos votar. **Sra. Heloísa Helena L. Viñolo:** Vamos votar. **Sra. Milda Stroschoen**
634 **Pinent:** Vamos aprovar o emergencial, mas que é um emergencial previsível e como todo projeto
635 previsível tem que ser bem elaborado e em tempo hábil. **Sr. Sérgio L. Cupini:** Mariazinha, além da
636 FASC tinha que mandar para a Governança e para o Prefeito, porque são governos diferentes, uns

637 sabem, outros não sabem, aí não se conversam. É interessante! **Sra. Leila Maria Pitta de Azevedo:**
638 E essa previsão de um mês de prazo para a ciência de todos. **Sra. Presidente:** No mínimo. Então,
639 são duas questões: a questão do Projeto Operação Inverno, a outra é a questão do prazo para os
640 projetos darem entrada aqui. Vamos para o projeto, quem concorda que se aprove o projeto com
641 todas essas ressalvas levante a mão, por favor. Alguém é contra? Alguém se abstém? Duas
642 abstenções. Aprovado. Vamos definir o prazo para a apresentação de projetos emergenciais para vir
643 para o Conselho, para ter um prazo. Qual o prazo que vamos dar? **Sra. Iara de Fátima Bueno da**
644 **Rosa:** Primeira coisa, não existe projeto emergencial, se é um projeto tem que ter dinheiro. **Sra.**
645 **Presidente:** Tem alguns que são. **Frei José Bernardi:** Eu acho que não tem projeto emergencial,
646 são projetos que precisam ser aprovados aqui no Conselho e que têm que chegar com antecedência.
647 **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Tempo hábil não resolve, tem que ser 45 dias, porque tem
648 um tempo que eles só elaboram projetos, aí está para vir um dinheiro do MDS e se elabora um
649 projeto. Aí vêm dez projetos ao mesmo tempo e nós não vamos conseguir ver os dez ao mesmo
650 tempo. Então, tem que ser no mínimo 45 dias para colocar em uma fila, porque quem vem na
651 Comissão de Políticas sabe que é assim. **Sra. Milda Stroschoen Pinent:** Eu acho que se o projeto é
652 emergencial, quer dizer, o nome já diz, pode aparecer sim projetos emergenciais e assim como esses
653 estão em emergência, mas são projetos previsíveis. Então, eu acredito que não pode ser estipulado e
654 sim a coerência dos Conselheiros de votar e dar prioridade para um ou outro e com ressalvas, como
655 este que a gente está fazendo hoje. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** O que nós temos feito?
656 Quando recebemos o projeto com tempo a gente até envia para os Conselheiros para tomarem
657 conhecimento, mesmo que haja alguma alteração na Comissão de Políticas, mas para os
658 Conselheiros terem idéia do que estamos tratando. Então, esse tempo nós precisamos ter. **Sra.**
659 **Presidente:** A Marinês sempre vem e faz um levantamento de todos os projetos, aqueles que são
660 mais urgentes já coloca como prioridade. Então, isso a gente já faz. Como ela não pode participar
661 muito da Comissão esse é o papel dela, ela vem e verifica os projetos que entraram e os coloca por
662 ordem de prioridade. **Sra. Heloísa Helena L. Viñolo:** O prazo tem que ter, mas o que é
663 emergencial? Emergencial é uma grande enchente, um incêndio. Agora, inverno não é emergencial
664 porque todo o ano tem! Ou estão acreditando no aquecimento global? **Sra. Eunice Zimmermann:**
665 Eu acho que a gente tem que estipular um prazo de 45 dias para projetos. Emergência é catástrofe.
666 **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Aí a gente se organiza e faz. **Sra. Eloísa Helena C.**
667 **Strehlau:** Dentro desse raciocínio vamos colocar assim, um prazo de licitação dura 45 dias, é o
668 processo todo licitatório. Se o Conselho precisa de 45 dias para encaminhar o processo licitatório, aí
669 já são 90 dias. Então, a minha sugestão é que o encaminhamento seja feito por quadrimestre, de
670 quatro em quatro meses tenha que ser enviados os projetos. Por exemplo, de janeiro a abril tem que
671 entrar os projetos que têm que ser implementados. **Sra. Diva:** Eu quero só trazer uma situação que
672 ocorre, até porque eu já trabalhei na FASC. O recurso chega hoje, por exemplo, e tem que entregar
673 no dia seguinte, ou três, quatro dias depois. Então, tem situações que também têm que ser pensadas.
674 **Sra. Eloísa Helena C. Strehlau:** Mas aí são situações de exceção. **Sra. Presidente:** Quase todas
675 são exceções. Por exemplo, os recursos do MDS normalmente vêm com 15 a 20 dias de
676 antecedência para definir. Então, é isso que a gente também tem que pensar, por isso que eu falei
677 nos emergenciais, porque terminam sendo emergência e normalmente são recursos. Não adianta
678 também nós colocarmos uma regra já sabendo que não vai se cumprir. **Sra. Eunice Zimmermann:**
679 Então, a FASC deveria justificar porque está chegando assim. **Sra. Presidente:** Então, vamos ver se
680 é consenso, 45 dias? **Sra. Lurdes Vargas de Souza:** Eu acho que tem que ser 45 dias e não por 4
681 meses, como ela estava sugerindo. **Sra. Presidente:** Quem concorda que seja 45 dias o prazo
682 permaneça como está. Alguém é contra? Alguém se abstém? Aprovado os 45 dias. Nós temos ainda
683 as Entidades, não vão embora. 4) **Entidades: inscrição, manutenção, cancelamento,**
684 **indeferimento.** **Sra. Maria do Carmo de Souza:** A inscrição das seguintes Entidades: Associação
685 Amigos Voluntários Casa da Sopa – Casa da Sopa – nº 502; Associação Beneficente de Senhoras

686 São Francisco de Assis – nº 232; Associação Beneficente Internacional Women’s Club Porto Alegre
687 – nº 461; Associação Comunitária de Mães Batista Xavier – nº 479; Associação Cristã Feminina de
688 Porto Alegre – nº 115; Associação de Ciência Intuitiva Ananda Marga – nº 019; Associação de
689 Ensino e Assistência Social Santa Teresa de Jesus – nº 270; Associação de Literatura e Beneficência
690 – nº 211; Associação de Moradores da Vila Esperança – AMOVIESP – nº 265; Associação de Pais
691 do CENEAMM 1º de Maio – ASPAIS do CENEAMM 1º de Maio – nº 071; Associação de Pais e
692 Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiências dos Funcionários do Banco do Brasil – APABB-RS
693 – nº 395; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre – nº 002; Associação dos
694 Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul – AFPE – nº 336; Associação Educacional e
695 Beneficente São Carlos – ASEBESCA – nº 262; Associação Franciscana de Assistência à Saúde –
696 AFRAS – nº 222; Associação Hospitalar Moinhos de Vento – nº 420; Associação Servos da
697 Caridade – Servos da Caridade – nº 181; Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural –
698 ASCAR – nº 301. É manutenção de inscrição. **Sra. Presidente:** Algum questionamento? **Sra.**
699 **Glademira M. C. Barbosa:** A Ananda Marga é creche? **Sra. Maria do Carmo de Souza:** Aqui diz
700 associação de Ciência Intuitiva Ananda Marga. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Não estamos
701 votando aqui inscrição, é manutenção. **Sr. Sérgio L. Cupini:** A Associação de Moradores da Vila
702 Esperança tem duas. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** É AMOVIESP, Humaitá. **Sra. Presidente:**
703 Alguém tem alguma coisa contra essas que estão aqui? Quem concorda? Alguém é contra? Alguém
704 se abstém? Aprovada. **Sra. Maria do Carmo de Souza:** “O Conselho Municipal de Assistência
705 Social de Porto Alegre, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 352/95,
706 resolve cancelar a inscrição da Instituição Residência Madre Ana, nº 371, por solicitação da mesma,
707 visto já constar como mantida de outra Entidade”. Então, eles pediram em função de que já está em
708 outra Entidade. **Sra. Presidente:** Alguém é contra? Alguém se abstém? Aprovado. **Sra. Maria do**
709 **Carmo de Souza:** “O Conselho Municipal resolve indeferir a inscrição das seguintes Entidades por
710 não terem completado a documentação desde a solicitação da inscrição no ano de 2004: Associação
711 Médica do Rio Grande do Sul - AMRGS, Instituto DESCA do Brasil, Instituto de Direitos
712 Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais do Brasil”. Eles não complementaram a
713 documentação. **Sra. Eunice Zimmermann:** A AMRGS é da nossa região, do Partenon, é que a
714 AMRGS não conseguia efetivar a inscrição. Então, ela criou uma fundação e essa fundação que vai
715 substituir a AMRGS. **Sra. Presidente:** Alguém é contra? Alguém se abstém? Aprovado. **6)**
716 **Informes.** Eu queria falar um pouquinho sobre este evento, está aqui, o pessoal trouxe, é uma outra
717 questão bastante polêmica. É um evento que vai acontecer no dia 5, amanhã, que está o CMAS, o
718 CMDCA, e nós temos uma série de questionamentos em relação a esse evento. Primeiro, ligaram
719 para cá me convidando a participar dessa Mesa, ligaram para o meu celular e eu disse para ligar para
720 o CMAS, passar para as gurias, porque são elas que cuidam da minha agenda. Para a minha surpresa
721 dois dias depois estava em tudo quanto era material o CMAS e inclusive o meu nome. A gente disse
722 aqui que eu não iria, primeiro, porque é o dia da minha pré-conferência; segundo, porque sequer nós
723 tínhamos discutido na Executiva do Conselho. Mais surpresa ainda, esta semana está o *folder* com
724 essa atividade, tem outro *folder* ligado a esse, que é em relação ao Projeto Ação Rua, só que as
725 coisas que estão colocadas aqui nesse material não é o que a gente aprovou aqui neste Conselho do
726 Projeto Ação Rua. Então, nós estamos questionando, tínhamos pensado em não participar, mas
727 mudamos de posição. Hoje à tarde recebemos uma Comissão do Ação Rua, que também está
728 questionando o evento, porque se coloca uma série de questões que não estão colocadas inclusive no
729 projeto, muito menos no convênio que foi assinado com as Entidades. Então, nós tiramos o seguinte
730 encaminhamento: o Conselho vai, na abertura vai colocar a nossa posição em relação a isso. Essa é
731 uma posição da executiva que estou trazendo para ver se é a posição do Conselho. E encaminhamos
732 também uma reunião com a Presidente da FASC e o Diretor Técnico, juntamente com as Entidades
733 conveniadas e os coordenadores. Hoje esteve aqui uma comissão, eles estão questionando,
734 inclusive, têm posição fechada em relação a isso se não houver uma retratação em relação às coisas

735 que estão colocadas. Para nós isso é uma questão muito séria, porque mais uma vez se aprova um
736 projeto no meio do caminho que vira outra coisa. Nós já solicitamos uma reunião para o dia 13, à
737 tarde, o CMDCA também esteve aqui, o CMDCA tem a mesma posição. Da mesma forma que o
738 CMDCA ficou sabendo nós também ficamos sabendo e o CMDCA esteve nessa reunião hoje, no
739 final da tarde. Então, eu estou trazendo isso porque a posição da executiva é de ir na abertura, a Iara
740 vai, porque eu tenho a minha pré-conferência amanhã na região. Ela vai fazer uma fala na abertura
741 da nossa contrariedade. **Sra. Eunice Zimmermann:** Eu queria que a Iara trouxesse uma informação
742 de lá, eu quero saber qual é a contribuição para o trabalho de enfrentamento da exploração sexual da
743 criança e do adolescente, qual é a contribuição do Gerdau e do Banrisul. Se eles vão ser Mesa lá
744 devem estar contribuindo. **Sra. Heloísa Helena L. Viñolo:** Amanhã é o Fórum de Entidades
745 também, como a Iara vai lá? **Sra. Presidente:** Em função disso nós não íamos, a Iara vai na
746 abertura, vai fazer uma fala pelo Conselho, sai de lá e vai para o Fórum. **Sra. Maria do Carmo de**
747 **Souza:** Amanhã eu tenho reunião com o Ministério da Educação e a UNESCO sobre o Projeto Ano
748 de 2005, Escola que Protege. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Neste *folder* está: “Projeto de
749 Enfrentamento à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, Intervenção nas Áreas sob Suspeita”. Aí fala
750 do projeto, o Projeto Ação Rua que nós discutimos aqui é um, e agora criaram um eixo dentro do
751 Projeto Ação Rua, que está escrito aqui: “Dentro deste projeto temos como um dos eixos
752 específicos, o Projeto de Enfretamento à Suspeita de Exploração Sexual à Criança e Adolescente da
753 Cidade de Porto Alegre”. Não existem eixos no Ação Rua. O que as equipes estão nos trazendo é
754 que, por exemplo, nesse *folder* foi dado o telefone para inscrições nesse evento dentro do Ação Rua.
755 Quer dizer, se tiver uma abordagem, uma ação que precise ser feita, o telefone vai estar ocupado
756 para inscrições de um evento que não foi discutido em lugar nenhum. E esse projeto de exploração
757 sexual foi feito por uma assistente social que apresentou em tudo quanto foi lugar menos aqui, nós
758 temos uma cópia porque veio, vocês sabem que as cópias vêm. Tem 5 mil dólares de investimento
759 internacional, feito por uma ONG, ganhou um prêmio no Rio de Janeiro. Então, nós é que estamos
760 fora da realidade, porque não conhecemos o projeto ainda. Eu acho que precisa ficar registrado que
761 ninguém está contra a questão do projeto em si, primeiro que nós não podemos ficar contra uma
762 coisa que não conhecemos. Outra coisa, de novo da ordem inversa das questões, primeiro a mídia,
763 primeiro tudo para depois aqui, aí sempre fica um jogo de poder, quem pode pagar mais matéria, ou
764 chamar os caras para botar no jornal. Eu não entro na questão se é deste Governo ou não é, eu estou
765 neste Conselho, estou Conselheira neste Conselho desde outubro de 2004, peguei o finzinho do
766 outro Governo e também havia esses problemas. Agora, essas coisas aqui não dá mais para deixar
767 passar. Aí vamos ver o que vocês acham dessa indicação que a Mariazinha fez para a gente ir lá
768 discutir isso amanhã. **Sra. Eliane Gassen:** A Colega falou no início, isso mostra que este Conselho
769 não significa nada, não é nada para eles. **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Nós ainda temos
770 quatro inscrições novas de Entidades. É a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
771 – FENEIS, Instituto Vida Solidária, Centro Cultural James Kulisz, Associação de Moradores
772 Núcleo Prisma e Arredores e A.M.A.R a Vida – Associação Mundial de Amor e Respeito à Vida.
773 Toda a documentação foi verificada, tem parecer de cada uma das CORAS, o Estatuto está ok,
774 conforme a legislação, foi visto pelo jurídico. **Sra. Marister da Cunha John:** O Amar a Vida é da
775 minha região, ela tinha muitas dúvidas, se era da assistência ou da educação. Eu até questioneei
776 contigo essa questão, ela vai lá em uma escola, faz uma tarefa e vai embora, depois dá uma palestra.
777 **Sra. Iara de Fátima Bueno da Rosa:** Tu queres vista? A gente segura, não tem problema nenhum.
778 Tu és a nova Conselheira, mas este parecer é de agosto de 2006, só completaram a documentação
779 agora. Então, vamos dar vista ao processo, vamos retirar o Amar a Vida. **Sr. Arnaldo Batista S.**
780 **dos Santos:** Tu queres vista? Ela tem que falar de fato se quer a vista ou não. **Sra. Marister da**
781 **Cunha John:** Eu estou pedindo vista. **Sra. Presidente:** Está concedida a vista. Quanto aos outros
782 três alguma questão? **Sra. Eunice Zimmermann:** O Vida Solidária é a que substitui a AMRGS.
783 **Sra. Presidente:** Mais alguma questão? Alguém é contra a inscrição dessas Entidades? Alguém se

784 abstém? Aprovado. Não esqueçam de encaminhar a sistematização das pré-conferências. (*Encerra-*
785 *se a reunião às 20h24min*).